ASSEMBLEIA REGIONAL DOS AÇORES

Decreto Regional Nº 29/1979/A de 26 de Dezembro

O presente decreto-regional estabelece o regime de autorização para o exercício de actividades industriais na Região.

O aumento de industrialização verificado nos últimos anos impõe que se dote o poder regional de um instrumento capaz de intervir na racionalização da utilização dos capitais disponíveis, da própria viabilidade económica dos empreendimentos e ainda e principalmente subordinar estes aos superiores objectivos do plano e às linhas gerais da política económica definida pelo Governo Regional.

Assim, a Assembleia Regional dos Açores decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 229.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º

(PRINCIPIO DE LIBERDADE)

A instalação de novas indústrias na Região Autónoma dos Açores obedecerá:

- 1 - As linhas de ordenamento físico e económico estabelecidas pelos órgãos de governos próprio da Região.
- 2 - As regras disciplinadores e reservas contidas no presente diploma.

Artigo 2.º

(PRINCÍPIO DE EQUILÍBRIO)

Em ordem ao estabelecidos mios n.º 1 dos artigos anterior, e sempre que se trate de zonas consideradas deprimidas, o Governo Regional regulamentará o sistema de incentivos destinados a canalizar para estas zonas os investimentos adequados.

Artigo 3.º

(REGRAS A OBSERVAR NA INSTALAÇÃO)

1 - A instalação de novas indústrias e a mudança de local e ampliação das já existentes dependerão de despacho do Secretário Regional do Comércio e Indústria, precedido de parecer do Departamento de Planeamento Regional e das secretarias regionais cuja competência seja envolvida pela natureza dos investimentos.

2 - Na decisão dos pedidos relativos a implantação de novas indústrias e a mudança de local de unidades industriais, reabertura das que tiverem suspenso a laboração por período de dois anos ou modificações por substituição ou ampliação dos equipamentos produtivos, serão tidas especialmente em conta as condições a que obedecerão a respectiva implantação, bem como as perturbações que tais circunstâncias possam causar no ordenamento regional, no mercado do trabalho ou no abastecimento de matérias-primas.

3 - As autorizações poderão ser concedidas mediante condições que modifiquem os termos do pedido, quanto:

- a) A adequação dos objectivos do plano e à política económica da Região;
- b) A equipamentos a instalar;
- c) A identificação do produto ou produtos e às normas de fabrico a que estes devem obedecer;
- d) A aprovação dos estatutos da sociedade que vá executar a autorização e ao montante e composição do respectivo capital social.

Artigo 4.º

(REQUISITOS DOS PARECERES)

Os pareceres a que se refere o artigo anterior deverão ter em consideração:

- a) A conformidade do pedido com os objectivos do plano e da política económica regional;
- b) O montante do investimento total e a sua estrutura de financiamento;
- c) As unidades industriais já existentes no sector, averiguada, através dos elementos que possam desde logo ser colhidos;
- d) A capacidade de produção da unidade que se pretende estabelecer, relacionada com as indústrias do mesmo tipo já existentes na Região;
- e) A possibilidade de comercialização dos produtos que venham a ser fabricados, garantindo-se no entanto o equilíbrio interno do mercado;
- f) Quaisquer outros elementos que possam completar e esclarecer os constantes do número anterior.

Artigo 5.º

(FIXAÇÃO DE REQUISITOS ESPECÍFICOS)

1 - O despacho de autorização deverá fixar os requisitos específicos para a exploração da indústria, em cada caso, bem como o prazo em que deverão estar cumpridos.

2 - A fiscalização do cumprimento, em prazos estabelecido, desses requisitos incumbirá aos serviços competentes da Secretaria Regional do Comércio e Indústria.

3 - Na falta de cumprimento das condições impostas dentro do prazo fixado, não se poderá dar início à actividade industrial.

Artigo 6.º

(INDÚSTRIAS SUJEITAS A LEGISLAÇÃO ESPECIAL)

Não ficam sujeitas ao disposto neste diploma as indústrias regulamentadas em regime especial, designadamente as seguintes:

- a) Fabricação de produtos de tabaco, excluindo a preparação da folha;
- b) Fabricação de substâncias explosivas, excepto pirotecnia;
- c) Fabricação de fósforos;
- d) Refinação de petróleo bruto;
- e) Fabricação de óleos e massas lubrificantes;
- f) Fabricação e refinação de açúcar;
- g) Produto de álcool.

Artigo 7.º

(APRESENTAÇÃO E CONDIÇÕES DOS REQUERIMENTOS)

1 - Os pedidos para novas indústrias serão formulados em requerimento dirigido ao Secretário Regional do Comércio e Indústria.

2 - O requerimento deverá conter:

- a) A firma ou denominação social e domicílio ou sede do requerente;
- b) A identificação, de harmonia com a nomenclatura da classificação das actividades económicas, da actividade industrial a que o pedido se refere;
- c) A indicação da natureza do produto ou produtos fabricados ou a fabricar;
- d) Indicação do local onde está instalada ou se pretende instalar a unidade industrial.

3 - O requerimento será obrigatoriamente instruído com o estudo previsional de viabilidade económica do empreendimento e com o modelo de análise de instalação industrial anexo a este diploma, devidamente preenchido.

Artigo 8.º

(PUBLICAÇÃO DOS DESPACHOS)

1 - O despacho que recair sobre o requerimento será comunicado ao requerente e publicado na 2.ª série do jornal Oficial da Região.

2 - Consideram-se deferidos os requerimentos que não tiverem obtido despacho no prazo de quarenta e cinco dias, a contar da data da sua apresentação.

3 - Este prazo contar-se-á, porém, a partir da entrega de elementos ou esclarecimentos adicionais que, porventura, tenham sido pedidos.

Artigo 9.º

(CASOS DE INDEFERIMENTO)

O requerimento será indeferido quando não seja explícito quanto à actividade a exercer ou se refira a indústria incluída no artigo 5.º deste diploma.

Artigo 10.º

(EXEMPLARES DO REQUERIMENTO E NOTA DOS DOCUMENTOS ANEXOS)

1 - O requerimento será apresentado em duplicado devendo o original ser selado e podendo o requerente juntar mais um exemplar, em papel comum, que lhe será devolvido com a data de entrada no momento da apresentação, para servir de recibo.

2 - No requerimento indicar-se-ão, em nota, todos os documentos que o acompanham.

Artigo 11.º

(APRESENTAÇÃO DE PEDIDOS PARA SOCIEDADES A CONSTITUIR)

Os pedidos poderão ser apresentados em nome da sociedade a constituir, devendo, nesse caso, os requerentes obrigar-se a subscrever a maioria do respectivo capital social, sem prejuízo de outras condições especiais que vierem a ser fixadas nos despachos de autorização.

Artigo 12.º

(VERIFICADO DA OBSERVÂNCIA DE REQUISITOS)

Até trinta dias antes da data prevista para o início da laboração da nova unidade industrial, o interessado formulará para comprovação da observância dos requisitos técnicos, económicos e financeiros apresentado em duplicado, sendo selado o original, o qual será acompanhado por todos os elementos para a aludida verificação.

Artigo 13.º

(NOTIFICAÇÃO DA VISTORIA)

A Secretaria Regional do Comércio e Indústria, verificando encontrarem-se cumpridos os requisitos económicos e financeiros referidos no artigo anterior, notificará o requerente da data em que se procederá à vistoria para a verificação dos requisitos técnicos, que será realizada nos trinta dias subsequentes ao da apresentação do requerimento não podendo iniciar-se a laboração antes da efectivação da vistoria.

Artigo 14.º

(INICIO DE LABORAÇÃO)

1 - Efectuada a vistoria e concluindo-se desta estarem cumpridos os requisitos técnicos, será imediatamente autorizado do início da laboração por despacho comunicado ao requerente.

2 - No caso contrário, conceder-se-á novo prazo dentro do qual deverão ser cumpridos os requisitos e requerida a segunda vistoria.

3 - Se a segunda vistoria concluir estarem cumpridos os requisitos exigidos, será imediatamente autorizado o início da laboração pela forma prescrita no número 1 deste artigo, e no caso contrário esse início impedido até que sejam cumpridos os requisitos exigidos, em prazo fixado por despacho, sob pena de selagem dos maquinismos instalados e definitiva denegação da autorização.

Artigo 15.º

(VISTORIA)

A vistoria para a verificação dos requisitos técnicos compete à Direcção Regional de Indústria e será efectua da conjuntamente com a prevista no regulamento de instalação e laboração de estabelecimentos industriais.

Artigo 16.º

(COMPETÊNCIA PARA A FISCALIZAÇÃO)

A fiscalização do cumprimento do disposto neste decreto regional compete à Direcção Regional de Indústria, sem prejuízo da competência atribuída a outros serviços em domínios específicos.

Artigo 17.º

(AUTOS DE NOTÍCIA)

1 - Sempre que tenham conhecimento da existência de qualquer infracção às disposições do presente diploma, os funcionários competentes da Direcção Regional e de Indústria lavrarão auto de notícia, que enviarão ao respectivo director.

2 - O auto de notícia será lavrada nos termos do artigo 166.º do Código de Processo Penal e terá a força probatória prevista no artigo 169.º daquele diploma, mesmo que não contenha a indicação de testemunhas.

Artigo 18.º

(PENALIDADES NO CASO DE VIOLAÇÃO DAS NORMAS DESTE DIPLOMA)

O não cumprimento das obrigações impostas mio presente diploma será punido com a multa de 1 000\$00 a 10 000\$00, graduada de acordo com a natureza da infracção, designadamente a ausência de dolo, o prejuízo ou risco de prejuízo dela derivados para a economia regional, os antecedentes do infractor e a sua capacidade económica, competindo a sua aplicação ao Secretário Regional do Comércio e Indústria.

Artigo 19.º

(COBRANÇA COERCIVA DAS MULTAS)

Se o transgressor não pagar a multa no prazo de dez dias a contar da notificação, remeter-se-á certidão com os elementos necessários ao competente tribunal das contribuições e impostos, para cobrança coerciva.

Artigo 20.º

(APREENSÃO DOS PRODUTOS)

Os produtos que foram fabricados com inobservância das disposições do presente diploma serão apreendidos e declarados perdidos a favor da Região por despacho do Secretário Regional do Comércio e Indústria.

Artigo 21.º

(COLABORAÇÃO DE AUTORIDADES NA FISCALIZAÇÃO)

As autoridades administrativas e policiais deverão colaborar na fiscalização do disposto no presente diploma.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 22.º

(REVOGAÇÃO POR INCUMPRIMENTO DE DESPACHOS)

Os despachos que tiverem deferido a instalação de novas unidades serão revogados no caso de persistente incumprimento da legislação respeitante à qualidade dos produtos ou à higiene, segurança e salubridade das instalações.

Artigo 23.º

(RECURSO)

Dos factos definitivos e executórios praticados em execução deste diploma cabe recurso contencioso, nos termos estabelecidos pela lei administrativa.

Artigo 24.º

(OBRIGATORIEDADE DO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES)

A Direcção Regional de Indústria poderá exigir às empresas o fornecimento dos elementos necessários para verificarem o cumprimento das condições estabelecidas relativamente à sua actividade industrial.

Artigo 25.º

(CADASTRO E SEUS ELEMENTOS)

Todas as unidades industriais em laboração ou a instalar na Região constarão de cadastro próprio, a organizar pela Direcção Regional de Indústria, dos qual constem o âmbito e condições de autorização de que cada unidade seja titular, elaborado de acordo com a classificação das actividades económicas.

Artigo 26.º

(INDÚSTRIAS EXCLUÍDAS)

Este decreto regional não se aplica a pequenas indústrias domésticas ou artesanais, sem prejuízos da obediência à regulamentação a que estão ou possam vir a estar sujeitas.

Aprovado pela Assembleia Regional dos Açores, na Horta, em 7 de Junho de 1979.

O Presidente da Assembleia Regional dos Açores, *Alberto Romão Madruga da Costa*.

Assinado em Angra do Heroísmo em 19 de Novembro de 1979.
Publique-se.
O Ministro da República, *Henrique Afonso da Silva Horta*.